

## Conclusions and Recommendations from Parliament Committee C report on the proposed revision to the 2021 state budget, 19 April 2021.

*Unofficial English translation begins on page 6.*

### IV. CONCLUSÕES

1. A proposta de lei obedece às normas gerais de legística formal; quanto à conformidade da PPL de alteração ao OGE 2021 com as regras legais aplicáveis à estrutura e conteúdo formal das propostas de lei orçamental em especial, a proposta de lei em análise apresenta as adaptações necessárias e adequadas à alteração orçamental que se propõe;
2. A proposta de alteração ao OGE 2021 não impacta os Orçamentos da RAEOA ou da Segurança Social;
3. As tabelas orçamentais apresentadas em anexo à proposta de lei incluem os dados contabilísticos das alterações ao OGE já feitas entretanto pelo Governo (os chamados *virements*), por, segundo o Governo, necessidade contabilística mas também por razões de transparência política e governativa;
4. As novas alterações ao OGE propostas na PPL cumprem a LOGF na expressão clara (em cumprimento aliás do princípio do equilíbrio orçamental) da origem das receitas para cobertura das despesas adicionais previstas, por realocação de verbas do Fundo de Infraestruturas e das Dotações para Todo o Governo e por integração de saldos de gerência não inscritos no OGE 2021 (versão inicial);
5. Nada parece obstar à apreciação e votação em Plenário da proposta de lei de alteração ao Orçamento Geral do Estado para 2021, nos termos dos artigos 166º e seguintes do Regimento do Parlamento Nacional;
6. A PPL contém, contudo, a par das alterações orçamentais, a aprovação e regulação de medidas de apoio socioeconómico no contexto da pandemia, uma solução não habitual e não necessária, que visou sobretudo o envolvimento do Parlamento na discussão dos contornos essenciais das principais medidas que se pretendem financiadas com a alteração orçamental;
7. As alterações legislativas ao OGE que o Governo propõe através da proposta de lei ora em análise procedem a:
  - realocação de verbas do Fundo de Infraestruturas (no valor de US \$62 milhões);
  - realocação de verbas das Dotações para Todo o Governo (no valor de US \$ 26,5 milhões);
  - integração de saldos de gerência não inscritos no OGE 2021 (no valor de US \$ 135,3 milhões)

num valor total de US \$223,8 milhões, atribuídos ao Fundo COVID-19, com vista a assegurar a capacidade financeira do Estado em financiar:

- quer o combate e prevenção da pandemia COVID-19 em si (no valor de US \$51,2 milhões);
  - quer as medidas de apoio socioeconómico de mitigação dos efeitos das mais recentes (e mais severas) medidas restritivas de prevenção da pandemia, as cercas sanitárias e as medidas de confinamento (no valor de US \$81,7 milhões);
  - a finalização dos pagamentos da Cesta Básica (no valor de US \$31 milhões);
  - a atribuição de um suplemento remuneratório aos trabalhadores da linha da frente (no valor de US \$51,9 milhões);
  - e por fim uma dotação de contingência do Fundo Covid-19 (no valor de US \$8 milhões), que visa acautelar o pagamento das medidas caso o seu custo ultrapasse o montante previsto;
8. É manifesta a necessidade de **acrescidas despesas de prevenção e combate à pandemia;**

9. A finalização dos pagamentos da medida “Cesta Básica” é uma necessidade em face dos compromissos já assumidos;
10. A atribuição de um suplemento remuneratório aos trabalhadores da linha da frente continua a prática já antes encetada e parece justa;
11. A previsão de uma dotação de contingência do Fundo Covid-19 parece ser da melhor prudência orçamental;
12. Quanto à origem das verbas, a integração de saldos e a utilização de verbas inicialmente alocadas a viagens ao estrangeiro e à capitalização do BCTL e BNCTL, não urgentes, parecem de elementar racionalidade, e o mesmo se diga da realocação de verbas elevadas anteriormente atribuídas a vários projetos do Fundo de Infraestruturas, caso efetivamente se refiram a projetos de atrasada execução em face da pandemia;
13. O Governo não propôs alterações orçamentais relativas à mitigação dos efeitos de destruição de infraestruturas e socioeconómicos pelas cheias e inundações de 4 de abril pois que a PPL deu entrada no Parlamento no final de março;
14. A PPL prevê e regula, como medidas de apoio socioeconómico de mitigação dos efeitos das mais recentes (e mais severas) medidas restritivas de prevenção da pandemia, as cercas sanitárias e as medidas de confinamento:
  - medidas de apoio ao emprego (no valor de US \$45,3 milhões);
  - moratórias de crédito (com um financiamento público de US \$5 milhões);
  - a isenção do pagamento de propinas pelos estudantes do ensino superior (com um financiamento público de US \$14 milhões);
  - atribuição de pulsa para a internet aos estudantes afetados por medidas de confinamento (no valor de US \$5,4 milhões) para que possam beneficiar de ensino à distância enquanto estas se mantiverem;
  - aquisição de produtos alimentares a produtores nacionais pelo Centro Logístico Nacional (no valor de US \$12 milhões) a distribuir às pessoas e famílias mais carenciadas, através das estruturas de apoio já existentes;

matéria não orçamental cuja análise consta dos pareceres setoriais das comissões especializadas permanentes encarregues das matérias de Economia, Segurança Social e Educação mas cuja necessidade de financiamento (porventura não necessariamente nos montantes propostos) parece clara;
15. Quanto às moratórias de crédito, matéria da competência da Comissão C, são a continuação do modelo anterior de moratórias introduzidas pelo DL 22/2020, de 5 de junho, sendo a mudança mais impressiva a alteração das durações de 3 para 9 meses, algo que se compreende, atentas as maiores restrições económicas a que se assiste atualmente;
16. O Governo apresenta uma proposta de lei de alteração ao OGE 2021, em sede de receita global para o Setor Público Administrativo, no valor total de 2.317,5 milhões de dólares, no qual se inclui, o Orçamento para a Administração Central, no montante de 1.932,5 milhões de dólares, o Orçamento da Região Administrativa Especial de Oé-Cusse Ambeno (RAEOA) e Zona Especial de Económica Social de Mercado (ZEESM), no montante de 207,4 milhões de dólares e o orçamento da Segurança Social, no montante de 177,6 milhões de dólares, implicando, assim, o aumento do teto da dotação total inscrita no OGE 2021 em vigor em mais 135,3 milhões de dólares (valor consolidado);
17. O Governo propõe, ainda, em sede de despesa global para o Setor Público Administrativo, o valor total de 2.237,1 milhões de dólares, no qual se inclui, o Orçamento para a Administração Central, no montante de 1.932,5 milhões de dólares, o Orçamento da Região Administrativa Especial de Oé-Cusse Ambeno (RAEOA) e Zona Especial de Económica Social de Mercado

(ZEESM), no montante de 127,0 milhões de dólares, e o Orçamento da Segurança Social, no montante de 177,6 milhões de dólares, implicando, assim, um incremento de 135,3 milhões de dólares quando comparado com o montante inscrito no OGE 2021 em vigor;

18. Os orçamentos propostos para a Região Administrativa Especial de Oé-Cusse Ambeno (RAEOA) e Zona Especial de Económica Social de Mercado (ZEESM) e da Segurança Social não apresentam qualquer variação orçamental;
19. A proposta de lei de alteração ao OGE 2021 continua a não obedecer ao montante máximo passível de levantamento do Fundo Petrolífero de forma sustentável - Rendimento Sustentável Estimado (RSE) - não atendendo, assim, à política de sustentabilidade que se deseja para Timor-Leste;
20. O montante alocado para a categoria “Capital de Desenvolvimento” na Administração Central ascende a 358,4 milhões de dólares, montante que inclui a dotação para o Fundo das Infraestruturas no valor de 277,6 milhões de dólares (incluindo empréstimos);
21. Os orçamentos de 29 entidades do subsector Administração Central refletem, na proposta orçamental apresentada pelo Governo ao Parlamento Nacional, alterações orçamentais internas já efetuadas pelo Governo no âmbito das competências que lhe estão adstritas;
22. A dotação alocada ao Fundo das Infraestruturas apresenta um decréscimo no valor de 62 milhões de dólares, montante destinado a reforçar a dotação do Fundo COVID-19;
23. O Programa de Equipamento Informático e o Programa Tasi Mane, apresentam um decréscimo no montante total alocado no valor de 29,450 milhões de dólares (- 71%) e 5,0 milhões de dólares (- 58,9%), respetivamente, quando comparado com a dotação inicial inscrita em sede de OGE 2021, decréscimo que coloca em crise a implementação respetiva durante o ano financeiro de 2021;
24. O Programa de Água e Saneamento aloca, apenas, 1,2% do valor total do orçamento para o Fundo das Infraestruturas, o que se considera um valor manifestamente reduzido em virtude das necessidades que o país apresenta;
25. As dotações alocadas para o Programa de Estradas e Programa de Energia Elétrica apresenta a maior fatia do orçamento do Fundo das Infraestruturas, exibindo as percentagens de 34,3% e 6,4% respetivamente, o que demonstra a prioridade para o Governo na sua implementação;
26. A execução orçamental referente à despesa do Fundo das Infraestruturas é deficiente, atingindo, a 12 de abril do corrente ano financeiro, apenas 5,9%, percentual que se considera manifestamente reduzido;
27. Pese embora o facto de o fenómeno calamitoso que assolou Timor-Leste não ter influído na elaboração da presente proposta de alteração orçamental - porquanto submetida ao Parlamento Nacional em momento anterior à ocorrência – todas as comissões manifestaram a sua preocupação com os efeitos causados por aquela adversidade, quer a nível humanitário, quer nas infraestruturas básicas do país, designadamente em habitações, estradas, pontes e sistema elétrico nacional, concluindo, ainda, pela necessidade de, em sede própria, se proceder ao estudo de alterações orçamentais que permitam mitigar as consequências de maior impacto e de curto prazo que daquela resultaram.

## **V. RECOMENDAÇÕES**

### **AO PARLAMENTO NACIONAL**

1. Que controle, sobretudo em sede de apreciação de execução orçamental, a bondade política das alterações orçamentais já feitas pelo Governo, no aumento da dotação orçamental do Fundo

COVID-19 (num valor total de cerca de US \$ 39,1 milhões) para a execução da Medida “Cesta Básica”, com realocação de verbas originárias de dotações de vários ministérios, e que julgue com especial atenção os pagamentos da medida “Cesta Básica”, já alvo de dois conjuntos de alterações orçamentais significativos;

2. Que controle o universo de beneficiários dos trabalhadores na linha da frente, em face do elevado valor orçado (US \$51,9 milhões);
3. Que confirme dizer a realocação de verbas elevadas anteriormente atribuídas a vários projetos do Fundo de Infraestruturas respeito a projetos de atrasada execução em face da pandemia, e não projetos cancelados ou de execução suspensa por falta de financiamento;
4. Que clarifique a referenciação e enumeração de órgãos e serviços com autonomia financeira no texto original do OGE 2021;
5. Que pondere cuidadosamente o aumento das receitas (e despesas) globais do OGE por transferências adicionais do Fundo Petrolífero ou, em alternativa, a realocação de verbas a esta data atribuídas a outros programas a fim de assegurar financiamento adicional para fazer face às consequências das cheias e inundações de 4 de abril;
6. Que pondere igualmente se o melhor modelo de gestão dos fundos atribuídos a minimizar o impacto das cheias e inundações será a criação de um fundo, à semelhança do Fundo COVID-19 ou, preferencialmente a fim de garantir maior flexibilidade e rapidez de ação, um aumento da **dotação da reserva de contingência** para o efeito, mesmo para lá do limite de 5% em face dos gastos totais que o artigo 22º nº 3 alínea i) LOGF estabelece;
7. Que pondere antecipar os apoios ao emprego para o mês de março (a proposta de lei refere abril), a fim sobretudo de evitar a interrupção de carreiras contributivas em face das várias interrupções laborais que no início do mês de abril já terão ocorrido;
8. Que adite, sempre que omissa, a referência expressa ao financiamento das medidas socioeconómicas pelo Fundo COVID-19, em cumprimento da legislação que regula esse fundo;
9. Que exerça cautela no planeamento orçamental, evitando a “tentação” de reduzir abruptamente dotações orçamentais previstas para as medidas do PRE (Programa de Recuperação Económica 2020), de modo a financiar outro tipo de medidas de emergência. Desde logo, deve evitar-se reduzir os montantes alocados às áreas da educação, da saúde, da proteção social, das obras públicas/infraestruturas e da agricultura;
10. Por outro lado, e sem prejuízo dos compromissos assumidos a nível contratual, poderá ponderar-se a possibilidade de reajustar o investimento nas infraestruturas, designadamente as obras previstas no Fundo de Infraestruturas, para responder à atual situação provocada pelas cheias, incentivando-se o Governo a avançar com urgência com obras rurais, que empregam mão de obra, e com o Plano de ordenamento do território, particularmente na cidade de Díli;
11. Que proceda à criação e inscrição de dotação orçamental num programa novo destinado a responder a catástrofes naturais no âmbito do Fundo de Infraestruturas, para financiar a recuperação de infraestruturas danificadas por calamidades. O valor estimado pelo Governo que foi comunicado pelo Senhor Primeiro-Ministro a sua Excelência o Presidente da República para as obras de recuperação das infraestruturas destruídas pelas cheias aproxima-se de 225 milhões de dólares. A criação de um programa específico no seio do Fundo de Infraestruturas é aliás uma sugestão do próprio Governo que a Comissão C acolhe, podendo ser parcialmente financiado por empréstimos externos adicionais, não necessariamente concessionais, em coordenação e com a contribuição dos Parceiros de Desenvolvimento;
12. Que exija do Governo a prestação atempada de informação de suporte à tomada de decisão, relacionada com o desempenho e o nível de execução das dotações orçamentais totalizando

124,0 milhões de dólares que foram atribuídas a 29 entidades do subsetor Administração Central, para financiar medidas do Programa de Recuperação Económica em 2021, de modo a redirecionar os saldos da execução para o reforço da Reserva de Contingência;

13. Que exerça as suas funções de fiscalização política sobre a execução do programa Cesta Básica que só agora se inicia em Oé-Cusse;
14. Que reajuste o Orçamento da RAEOA para 2021 de forma a proceder a uma redução do montante da transferência de verbas do Tesouro para o Orçamento da Região, compensando essa redução com parte dos saldos de gerência acumulados pela RAEOA que não foram inscritos no OGE 2021.

#### AO GOVERNO

1. Que forneça ao Parlamento, em cumprimento do dever de cooperação interinstitucional, os dados e cálculos de que disponha sobre as consequências das cheias e inundações e das necessidades de financiamento que a mitigação dos seus efeitos importa;
2. Que proceda a avaliação das condições efetivas para a concretização dos objetivos de desenvolvimento nacional melhor identificados no OGE 2021, bem como da implementação do Plano de Recuperação Económica 2020 (PRE), considerando a atual conjuntura sanitária, bem como os efeitos provocados pela calamidade que assolou Timor-Leste;
3. Que ajude o Parlamento a priorizar as medidas do PRE, de molde a libertar verbas para acudir às necessidades criadas pelas cheias;
4. Que forneça urgentemente ao Parlamento Nacional informação detalhada sobre os gastos havidos com o programa Cesta Básica, o único beneficiário do reforço orçamental de 39,1 milhões de dólares que o Governo se apressou a transferir para o Fundo COVID-19 nos três primeiros meses do ano, sem sequer fornecer uma justificação para a necessidade tão urgente de um reforço orçamental tão generoso.
5. Que evite desprover da quase totalidade das suas dotações institutos públicos, que assim se veem impossibilitados de prosseguir a sua missão, legalmente atribuída.

## IV. CONCLUSIONS

1. The proposed law obeys the general rules of formal legistics; regarding the conformity of the PPL for amendment to the General State Budget (GSB) 2021 with the applicable legal rules to the structure and formal content of the proposed budget laws, in particular, the proposed law under analysis presents the necessary and appropriate adaptations to the proposed budget change;
2. The proposed amendment to GSB 2021 does not impact the RAEOA or Social Security Budgets;
3. The budget tables presented in the annex to the draft law include the accounting data for changes to the GSB already made in the meantime by the Government (the so-called *virements*), due to, according to the Government, an accounting need but also for reasons of political and governmental transparency;
4. The new changes to the GSB proposed in the PPL comply with the LOGF in the clear expression (in compliance with the principle of budgetary balance) of the source of revenue to cover the expected additional expenses, by reallocating funds from the Infrastructure Fund and Appropriations for the Whole Government and by integrating management balances not registered in GSB 2021 (initial version);
5. Nothing seems to hinder the consideration and voting in Plenary of the proposed law to amend the General State Budget for 2021, pursuant to articles 166 and following of the National Parliament Rules of Procedure;
6. However, in addition to the budgetary changes, the PPL contains the approval and regulation of socio-economic support measures in the context of the pandemic, an unusual and unnecessary solution, which appears to be mainly aimed at involving Parliament in the discussion of the essential outlines of the main measures that they intend to be financed with the budget revision;
7. The legislative changes to the GSB that the Government proposes through the proposed law now under analysis proceed to:
  - reallocate funds from the Infrastructure Fund (in the amount of \$62 million);
  - reallocate appropriations from the Government-wide Appropriations (in the amount of \$26.5 million);
  - integrate management balances not registered in GSB 2021 (in the amount of \$135.3 million)

for a total amount of \$223.8 million, allocated to the COVID-19 Fund, with a view to ensuring the State's financial capacity to finance:

- to combat and prevent the COVID-19 pandemic itself (in the amount of \$51.2 million);
- socio-economic support measures to mitigate the effects of the most recent (and most severe) restrictive pandemic prevention measures, sanitary fences and containment measures (in the amount of \$81.7 million);
- finalization of payments for the Basic Basket (in the amount of \$31 million);
- attribution of a remuneration supplement to frontline workers (in the amount of \$51.9 million);
- and finally, a contingency allocation from the Covid-19 Fund (in the amount of \$8 million), which aims to safeguard the payment of the measures if their cost exceeds the estimated amount;

8. There is a clear need for increased expenses to **prevent and combat the pandemic**;
9. The finalization of payments for the “Basic Basket” measure is a necessity in light of the commitments already made;
10. The assignment of a remuneration supplement to frontline workers continues the practice that has already started and seems fair;
11. The forecast for a contingency allocation from the Covid-19 Fund appears to be the best budgetary prudence;
12. Regarding the origin of the funds, the integration of balances and the use of funds initially allocated for trips abroad and the capitalization of BCTL and BNCTL, which are not urgent, seem to be of a basic rationality, and the same is true of the reallocation of high amounts previously attributed to several projects of the Infrastructure Fund, if they effectively refer to projects whose execution will be delayed in the face of the pandemic;
13. The Government did not propose budgetary changes related to mitigating the effects of infrastructure and socio-economic destruction by the April 4 floods and floods as the PPL entered Parliament in late March;
14. The PPL foresees and regulates, as socio-economic support measures to mitigate the effects of the most recent (and most severe) restrictive measures to prevent the pandemic, sanitary fences and confinement measures:
  - employment support measures (in the amount of \$45.3 million);
  - credit default (with public funding of \$5 million);
  - the exemption from tuition fees for higher education students (with public funding of \$14 million);
  - attributing pulsa for the internet to students affected by confinement measures (in the amount of \$5.4 million) so that they can benefit from distance learning while they remain;
  - acquisition of food products from national producers by the National Logistics Center (in the amount of \$12 million) to be distributed to the most deprived people and families, through the already existing support structures;

non-budgetary matter whose analysis appears in the sectorial opinions of the permanent specialized commissions in charge of matters of Economy, Social Security and Education but whose financing need (perhaps not necessarily in the amounts proposed) seems clear;
15. As for credit moratorium, which is the responsibility of Committee C, it is the continuation of the previous model of moratorium introduced by DL 22/2020, of 5 June, the most impressive change being the change in duration from 3 to 9 months, something that is understood, in view of the greatest economic restrictions that we are currently witnessing;
16. The Government presents a proposal for a law to amend the GSB 2021, in terms of global revenue for the Public Administrative Sector, in the total amount of \$2,317.5 million, which includes the Budget for the Central Administration, in the amount of \$1,932.5 million, the Budget of the Special Administrative Region of Oé-Cusse Ambeno (RAEOA) and Special Social Economic Market Zone (ZEESM), in the amount of \$207.4 million and the budget of Social Security, in the amount of \$177.6 million, thus implying an increase in the ceiling of the total appropriation entered in the GSB 2021 in force by an additional \$135.3 million (consolidated value);

17. The Government also proposes, in terms of global expenditure for the Public Administrative Sector, the total amount of \$2,237.1 million, which includes the Budget for Central Administration, in the amount of \$1,932.5 million, the Budget of the Special Administrative Region of Oé-Cusse Ambeno (RAEOA) and the Special Social Economic Market Zone (ZEESM), in the amount of \$127.0 million, and the Social Security Budget, in the amount of \$177.6 million, thus implying an increase of \$135.3 million when compared to the amount registered in the GSB 2021 in force;
18. The proposed budgets for the Special Administrative Region of Oé-Cusse Ambeno (RAEOA) and Special Social Economic Market Zone (ZEESM) and Social Security do not present any budgetary variation;
19. The proposed law to amend the GSB 2021 still does not comply with the maximum amount that can be withdrawn from the Petroleum Fund in a sustainable manner - Estimated Sustainable Income (ESI) - thus not complying with the sustainability policy that is desired for Timor-Leste;
20. The amount allocated to the category "Development Capital" in the Central Administration amounts to \$358.4 million, an amount that includes the allocation to the Infrastructure Fund in the amount of \$277.6 million (including loans);
21. The budgets of 29 entities in the Central Administration sub-sector reflect, in the budget proposal submitted by the Government to the National Parliament, internal budget changes already made by the Government within the scope of its powers;
22. The allocation allocated to the Infrastructure Fund shows a decrease in the amount of \$62 million, an amount intended to reinforce the allocation of the COVID-19 Fund;
23. The Computer Equipment Program and the Tasi Mane Program, show a decrease in the total amount allocated in the amount of \$29.45 million (-71%) and \$5.0 million (-58.9%), respectively, when compared to the initial appropriation in GSB 2021, a decrease that puts the respective implementation in crisis during the financial year 2021;
24. The Water and Sanitation Program is allocated only 1.2% of the total budget amount in the Infrastructure Fund, which is considered a value that is clearly less than the needs that the country presents;
25. The appropriations allocated to the Road Program and the Electric Energy Program present the largest share of the budget of the Infrastructure Fund, showing the percentages of 34.3% and 6.4% respectively, which demonstrates the priority for the Government in its implementation;
26. The budgetary execution regarding the expenditure of the Infrastructure Fund is deficient, reaching, on April 12 of the current financial year, only 5.9%, a percentage that is considered to be clearly too low;
27. Despite the fact that the calamitous phenomenon that plagued Timor-Leste did not influence the preparation of this proposal for a budget revision - as it was submitted to the National Parliament before the occurrence - all the committees expressed their concern about the effects caused by that adversity, both at the humanitarian level and in the country's basic infrastructures, namely in housing, roads, bridges and the national electrical system, concluding that it is still necessary, in their own offices, to proceed to the study of budgetary alterations to enable mitigation of the consequences of greater impact and of short term that resulted from that.



## V. RECOMMENDATIONS

### TO THE NATIONAL PARLIAMENT

1. To control, especially when assessing budgetary execution, the political humanity of the budgetary changes already made by the Government, in the increase of the budgetary allocation of the COVID-19 Fund (by a total amount of approximately \$39.1 million) for the execution of the “Basic Basket” Measure, with reallocation of funds originating from appropriations from various ministries, and that judges with special attention the payments of the “Basic Basket” measure, already the target of two sets of significant budgetary changes;
2. To control the universe of beneficiaries of front line workers, in view of the high budgeted amount (\$51.9 million);
3. To confirm that the reallocation of large sums previously attributed to several projects in the Infrastructure Fund with respect to projects with delayed execution in face of the pandemic, and not projects canceled or of execution suspended due to lack of financing;
4. To clarify the referencing and enumeration of organs and services with financial autonomy in the original text of GSB 2021;
5. To carefully consider the increase in the GSB's overall income (and expenses) through additional transfers from the Petroleum Fund or, alternatively, the reallocation of funds to this date allocated to other programs in order to secure additional funding to cope with the consequences of the April 4 flooding;
6. To also consider whether the best management model for funds allocated to minimize the impact of floods will be the creation of a fund, similar to the COVID-19 Fund or, preferably in order to ensure greater flexibility and speed of action, to increase the **provision of the contingency reserve** for this purpose, even beyond the limit of 5% in view of the total expenses that Article 22.3(i) LOGF establishes;
7. To consider anticipating employment support for the month of March (the proposed law refers to April), in order above all to avoid the interruption of contributory careers in the face of the various work interruptions that had already occurred at the beginning of April;
8. To add, whenever it fails to do so, the express reference to the financing of socio-economic measures by the COVID-19 Fund, in compliance with the legislation that regulates that fund;
9. To exercise caution in budget planning, avoiding the “temptation” to abruptly reduce budget allocations foreseen for PRE measures (Economic Recovery Program 2020), in order to finance other types of emergency measures. First of all, it should be avoided to reduce the amounts allocated to the areas of education, health, social protection, public works / infrastructure and agriculture;
10. On the other hand, and without prejudice to the commitments assumed at the contractual level, the possibility of readjusting the investment in infrastructure, namely the works foreseen in the Infrastructure Fund, may be considered to respond to the current situation caused by the floods, encouraging the Government to move forward urgently with rural works, which employ labor, and with the Spatial Planning Plan, particularly in the city of Dili;
11. To proceed to create and register a budget allocation in a new program aimed at responding to natural disasters within the scope of the Infrastructure Fund, to finance the recovery of infrastructures damaged by calamities. The estimated value by the Government that was

communicated by the Prime Minister to His Excellency the President of the Republic for the works of recovery of the infrastructures destroyed by the floods is close to \$225 million. The creation of a specific program within the Infrastructure Fund is, in fact, a suggestion by the Government itself that Committee C welcomes, and may be partially financed by additional external loans, not necessarily concessional, in coordination and with the contribution of Development Partners;

12. To require the Government to provide timely information to support decision-making, related to the performance and the level of execution of budget allocations totaling \$124.0 million that were allocated to 29 entities in the Central Administration sub-sector, to finance measures of the Economic Recovery Program in 2021, in order to redirect the execution balances to reinforce the Contingency Reserve;
13. To exercise its political oversight functions over the execution of the Basic Basket program, which has only just begun in Oé-Cusse;
14. To readjust the RAEOA Budget for 2021 in order to reduce the amount of the transfer of funds from the Treasury to the Budget of the Region, offsetting this reduction with part of the management balances accumulated by RAEOA that were not registered in the GSB 2021.

#### TO GOVERNMENT

1. To provide Parliament, in compliance with the duty of interinstitutional cooperation, with the data and calculations available to it on the consequences of floods and on the financing needs that the mitigation of their effects requires;
2. To evaluate the effective conditions for the achievement of the national development objectives best identified in the GSB 2021 proceed, as well as the implementation of the Economic Recovery Plan 2020 (PRE), considering the current health situation, as well as the effects caused by the calamity that struck Timor-Leste;
3. That it helps Parliament to prioritize PRE measures, in order to free up funds to meet the needs created by the floods;
4. To urgently provide the National Parliament with detailed information on expenditures with the Basic Basket program, the only beneficiary of the \$39.1 million budget reinforcement that the Government was quick to transfer to the COVID-19 Fund in the first three months of the year, without even providing a justification for the urgent need for such a generous budget reinforcement.
5. That it avoids depriving almost all of its appropriations from public institutes, which thus find themselves unable to continue their legally assigned missions.